

JORNAL da



MATO GROSSO

PUBLICAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL MATO GROSSO | NÚMERO 0035 | ABRIL DE 2016 - www.oab.org.br



Barra do Garças se torna a Capital da Advocacia

O 1º Colégio de Presidentes da gestão 2016/2018 da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) transformou o município de Barra do Garças na Capital da Advocacia, entre os dias 7 e 9 de abril. A solenidade de abertura do evento contou com cerca de 200 advogados e reuniu os presidentes das 29 Subseções, bem como delegados da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT) e presidentes das Comissões de Jovem Advogado (Cojad). *Página -10*

Sejudh atende OAB-MT e retira câmeras do parlatório

Página -3

OAB-MT requer providências em julgamentos de cobrança de impostos sobre taxas

Página -7

Comissão de Infância e Juventude da OAB-MT acompanha caso de agressão à criança

Página -8

Profissionais da advocacia aprovam ação de vacinação da CAA/MT

Página -14

Confira os cursos da ESA para o mês de maio

Páginas -12 e 13

Manifesto a favor do impeachment



A voz é, sem dúvida, uma das maiores conquistas da nossa democracia. É o direito de ser ouvido, de manifestar o pensamento, que realmente faz com que todo o poder emane do povo e para o povo. Por isso, não podemos nos calar nesse momento, nem tampouco assistir inertes ao que

acontece no nosso país.

As leis foram criadas a fim de se manter um ordenamento jurídico e, por isso, devem ser respeitadas, sob pena de não alcançarmos a ordem e o progresso estampados na nossa bandeira.

O Brasil vem passando por um processo de depuração, onde se contempla, de forma triste, a participação dos mandatários de nosso país envolvidos em esquemas ilícitos de caráter gravíssimo. Tais fatos causam na sociedade brasileira um sentimento de repulsa, repúdio e consternação.

Mais que o patrimônio público material, a corrupção corrói nosso patrimônio moral, fere a dignidade humana e, mais que punida, deve ser impedida, combatida e eliminada.

Não há um Estado Democrático de Direito que sobreviva sem moralidade no trato dos assuntos públicos e

sob péssimas práticas administrativas.

O país vive um momento de falta de confiança e credibilidade na classe política, redução de investimentos no setor produtivo e um grande aumento do desemprego.

A cada episódio das investigações da Operação Lava-jato e de outras comandadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público é mais forte a percepção sobre a falta de compromisso do governo com a legalidade, ética e lisura. Também está clara a falta de preocupação com a sociedade brasileira e o desenvolvimento do país.

A Ordem dos Advogados do Brasil, como "Casa das Liberdades Democráticas" e advogada da sociedade civil organizada, não pode fazer ouvidos moucos àquilo que se transpõe como o maior assalto à sociedade brasileira.

Os setores empresariais da Agropecuária, Indústria, Comércio de Bens, Serviços e Turismo, como grandes geradores de riquezas e empregos em todo o país, rechaçam toda e qualquer decisão que vá contra os princípios morais e éticos. Esses setores não compactuam com o atual modelo de gestão do governo federal e discordam das propostas descabidas impostas.

A sociedade civil, também representada pelos movimentos de rua pró-impeachment e de combate à corrupção, exige respostas e mudanças de rumo. Ao longo de mais de um ano em que sentimos na pele os efeitos

devastadores da falta de capacidade para a condução do nosso país, refletindo em uma política econômica desastrosa e aumento de desemprego e, mais, uma gestão fiscal temerária e legalmente questionada, não temos outra opção se não a de apoiar o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Resta configurada, em nossa visão, a ofensa ao artigo 85, V, VI e VII da Constituição Federal e, portanto, em tese, cometimento de crime de responsabilidade a ser apurado, resguardadas as garantias do devido processo legal, ampla defesa e contraditório.

Prezamos pelo restabelecimento da legalidade no comando do país. Não podemos aceitar que um governo, sequer, seja questionado acerca de interferência nos demais poderes, que tenha em dúvida a melhor condução do dinheiro público. Precisamos confiar na limpeza das mãos daqueles que conduzem nossas vidas.

Estamos, como sempre estivemos, prontos a ajudar no processo de retomada do crescimento do Brasil, mas não aceitamos que isso seja feito às custas de novos e mais impostos para tirar dos bolsos do trabalhador o dinheiro para pagar a conta do desfalque.

Cuiabá, 08 de abril de 2016

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT)

DIRETORIA DA OAB

Presidente
Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente
Flávio José Ferreira de Souza

Secretário-Geral
Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral Adjunta
Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro
Helmut Flávio Preza Daltro

Conselheiros Federais

Dullio Piatto Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Camerino dos Santos
Liliana Agatha Haddad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsy Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruna Ergang da Silva
Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marçal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez
Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes

Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabiola Cássia de Noronha Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luiz Filipe Oliveira de Oliveira
Luiz Henrique Nucci Vacaro
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior
Luiz da Penha Corrêa
Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho

Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinicius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Junior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda
Ricardo Moraes de Oliveira
Tania Regina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Relatores do TED

Adalberto Lopes de Souza – Relator – OAB/MT 3.948
Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva – Relator – OAB/MT 10.361
Alencar Felix da Silva – Relator – OAB/MT 7.507
Amaro Cesar Castilho – Relator – OAB/MT 4.384/B

André Luis Domingos da Silva – Relator – OAB/MT 4.907/B

Andreia Alves – Relatora - OAB/MT 9.416

Apoena Camerino de Azevedo – Relator - OAB/MT 13.314/B

Arnaldo Rauen Delpizzo – Presidente – OAB/MT 4.708/A

Aurelio Alencar Soares de Oliveira – Relator – OAB/MT 7.103/B

Cibeli Simões dos Santos – Relatora – OAB/MT 11.468

Cristiano Alcides Basso – Presidente – OAB/MT 6.252

Décio Cristiano Piatto – Relator – OAB/MT 7.172

Douglas Ricardo Guilhen Melo – Relator – OAB/MT 4.856

Eduardo Cesar de Mello – Relator – OAB/MT 16.572/B

Eduardo Faria – Relator - OAB/MT 4.318/B

Gelson Nunes de Souza – Relator – OAB/MT 9.833/A

Giorgio Aguiar da Silva – Relator - OAB/MT 14.600

Hamilton Ferreira da Silva Júnior – Relator – OAB/MT 11.322

Henrique Alves Ferreira Neto – Relator – OAB/MT 3.837

Ildo de Assis Macedo – Relator – OAB/MT 3.541

Jackson Francisco Coleta Coutinho – Relator – OAB/MT 9.172/B

Jackson Mário de Souza – Presidente – OAB/MT 4.635

João Manoel Júnior – Presidente – OAB/MT 3.284/B

João Paulo Avansini Carnelos – Relator – OAB/MT 10.924

Jonel Benedito Ferreira – Relator – OAB/MT 10.202

José Antonio Gasparelo Júnior – Relator – OAB/MT 7.191

José Ravello – Relator – OAB/MT 3.291

Josinéia Sanabria Ortiz Prado – Relatora – OAB/MT 9.822

Julierme Romero – Relator – OAB/MT 6.240

Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

Presidente
Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente
Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral
Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretário-Geral Adjunto
José Luiz de Aguiar Bojkian

Tesoureiro
Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores
Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente
Marco Antônio Lorga

Diretor - Adjunto
Bruno Devesa Cintra

Secretário - Geral
Sílvio Soares da Silva Junior

Secretária - Geral Adjunta
Marina Ignotti Faiad

Contatos: (65) 3613-0956/0957

Jornalistas:
Marianna Marimon - DRT/MT 2086
Sissy Cambuim - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243

Produção: ZF Press

Fotografias: Kamila Martins, Fotos da Terra e Assessoria de Imprensa OAB/MT

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351



EXPEDIENTE

Contatos Assessorias de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:
www.facebook.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmatogrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 15.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n - Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914 - Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921



OAB-MT não reconhece dependência do CCC como Sala de Estado Maior

AO A B - M T emitiu nota técnica sobre a vistoria realizada no Centro de Custódia de Cuiabá (CCC), com o posicionamento de que o espaço específico não se enquadra no conceito de Sala de Estado Maior, por não atender aos requisitos e objetivos delineados pela Lei e pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O entendimento da OAB-MT foi entregue ao juiz da Vara da Execução Penal, Geraldo Fidélis, no dia 29 de abril.

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, reconheceu os avanços promovidos com a estruturação deste espaço, mas garantiu que a OAB-MT defende as prerrogativas dos advogados. “A OAB-MT fará o que for preciso para



resguardar as prerrogativas dos advogados, que não são privilégios e sim direitos. Neste tema não há possibilidade de transigirmos. E, portanto, a OAB continuará buscando o Poder Judiciário toda vez que um advogado estiver recolhido em espaço que não atenda ao disposto no artigo 7”, destacou.

A nota destaca o voto do ministro Sepúlveda Pertence, nos autos da Recla-

mação nº 4.535/STF, Sala de Estado Maior entende-se por “qualquer sala dentre as existentes em todas as dependências do comando das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) ou Auxiliares (Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros), com a ressalva de que, eventualmente, pode não existir ‘uma sala específica para o cumprimento de prisão’ e, se for o caso, ‘o Comandante

escolhe uma, nas dependências do pavilhão de comando, e o destina para tal fim”.

Com isso, a OAB-MT pontua que uma Sala de Estado Maior jamais poderia se localizar nas dependências de uma unidade prisional, por violar expressamente o conceito dado pelo STF.

“O lugar indicado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh)

para atender as prerrogativas profissionais dos advogados, nada mais é do que aquele onde estavam pessoas reclusas com curso superior, ou seja, espaço destinado ao conceito de cela especial, destoando da prerrogativa garantida não só pela Lei 8906/94 (EAOAB), mas também das prerrogativas previstas na LC 35/79 – LOMAM -, art. 33, III (1) (Magistrados) e (Lei nº 8.625/83, art. 40 (2); e LC 75/93, art. 18, 11, e (3) (Membros do Ministério Público)”, diz a nota.

A OAB-MT também registrou a quantidade de grades, celas e trancas no local, o que vai contra o entendimento do STF sobre “Sala de Estado Maior” e qualifica o espaço como cela especial. Diante disso, a OAB-MT se manifesta no sentido de que o espaço não atende as exigências indiscutivelmente delineadas pelo STF, quanto ao conceito de Sala de Estado Maior, reconhecendo a edificação como uma simples cela especial.

Sejudh atende OAB-MT e retira câmeras do parlatório

AOrdem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) apresentou uma série de reivindicações ao secretário de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Márcio Dorilêo, em reunião no dia 28. Entre os pleitos, o Secretário-Geral da OAB-MT, Ulisses Rabaneda, destacou a necessidade de melhorias no Centro de Custódia de Cuiabá (CCC) e demais presídios da capital. A Sejudh já confirmou a retirada das câmeras.

Com relação às melhorias do CCC, o secretário-geral apontou a necessidade de uma mesa para que os advogados façam atendimentos antes

da audiência, ocasião em que precisam manusear os autos dos processos em conjunto aos clientes. “Os advogados necessitam de melhores condições de trabalho. Antes, no Centro de Custódia, havia uma mesa para atendimento, que possibilitava o manuseio dos processos junto aos clientes. É preciso garantir ao advogado melhor conforto em suas reuniões, especialmente as que antecedem as audiências,” explicou Ulisses.

Além disso, também elencou a dificuldade apresentada pelos presidentes de Subseções da OAB-MT, durante o Colégio de Presidentes em

Barra do Garças, no início deste mês, de que advogados de municípios do interior do Estado não conseguem ter acesso aos clientes nos presídios durante os fins de semana.

Em relação aos pleitos específicos da OAB-MT, o secretário Márcio Dorilêo confirmou que modificou o local onde estão as câmeras no CCC, realocando-as para locais externos, possibilitando atender ao requisito da segurança, bem como a garantia do diálogo reservado entre cliente/advogado. No que per-



tine à situação dos parlatórios, especialmente na Penitenciária Central, Márcio Dorilêo se mostrou sensível às pontuações da OAB-MT. “Através de uma parceria Sejudh e OAB-MT, poderemos solucionar este problema, para melhor condição de trabalho do advogado”.

Mais de 300 estudantes e advogados participam do II Congresso de Ciências Criminais



O II Congresso de Ciências Criminais do Estado de Mato Grosso, que aconteceu de 25 a 27 de abril, recebeu mais de 300 acadêmicos de direito e advogados. Com objetivo de promover diálogos amplos sobre os desafios à compreensão da criminalidade e o papel do Estado, o congresso ocorreu em parceria entre a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Escola Superior de Advocacia (ESA-MT) e o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM).

O coordenador geral Ricardo de Oliveira destacou a qualidade das palestras recebidas que alcançaram o resultado da proposta do Congresso e também ressaltou a presença de membros da Defensoria Pública do Estado.

“No primeiro dia recebemos o dr. Paulo Sérgio que abordou teoria e prática no tribunal do júri, e o dr. Paulo Queiroz que trouxe os princípios do processo penal, como o da legalidade, da aplicação da lei penal, da irretroatividade da lei”, explicou.

OAB-MT recebe o IV Seminário de Políticas Públicas para as Mulheres

O IV Seminário de Políticas Públicas para as Mulheres de Mato Grosso aconteceu no dia 29, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), em parceria firmada entre a Comissão de Direito da Mulher da OAB-MT, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM), com participação da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh).

A presidente do CEDM, Rosana dos Santos Leite, explicou que este seminário é precedente do último, em que foi apresentado o Plano Estadual de Política para Mulheres, sendo este o primeiro do Estado.

“Colhemos informações e sugestões da sociedade e apresentamos o Plano Estadual da Mulher ao governo, que aceitou. Neste IV Seminário chamamos o Executivo com os cinco

eixos aqui para informar à sociedade, onde o plano está contemplado em cada secretaria, e queremos a efetividade da sua implantação.

O Seminário serve para isso, para demonstrar onde está incluído dentro do governo. O plano foi aceito desde o ano passado e precisamos saber como as ações constantes estão sendo realizadas”, afirmou.

Representando a Comissão de Direito da Mulher, Michelli Lima dos Santos Ferrari destacou a importância do seminário para debater a efetivação das políticas públicas para as mulheres. “Além da importância de ser um encontro estadual, debatemos a execução de medidas que priorizem o atendimento das mulheres no Estado, com palestras, dados estatísticos, progressão e efetivação dos direitos das mulheres”, pontuou.

Cojesp cobra do TJMT magistrado fixo para Juizados Especiais

A Comissão de Juizados Especiais (Cojesp) da OAB-MT requereu ao presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Paulo da Cunha, magistrados fixos nos Juizados Especiais. A demanda foi apresentada em reunião no último dia 25.

O presidente da Cojesp, Raphael Naves e o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, apresentaram estudo que demonstra o acúmulo de processos nos Juizados Especiais, tendo em vista a ausência de um magistrado fixo.

Além deste pleito, a Cojesp também pontuou a questão do convênio do Tribunal de Justiça com a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), que tem sido contestado pela advocacia sob a alegação de que os magistrados não estão respeitando a Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, ainda realizando consultas em nome das partes de forma inadequada. Outra reivindicação apresentada foi com relação à demora excessiva na expedição de alvarás e realização de penhora via BACENJUD.

OAB-MT e Amam firmam compromisso para criar comissão interinstitucional

A OAB-MT e a Associação Mato-grossense de Magistrados (Amam) irão criar uma comissão interinstitucional para solucionar possíveis dificuldades entre magistrados e advogados em todo Estado, conforme compromisso firmado em reunião entre a diretoria das duas instituições.

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos e o presidente da Amam, José Arimatéa Neves Costa pactuaram a decisão. Leonardo Campos também defendeu a atuação em conjunto com a independência de cada entidade assegurada.

“Nossa gestão é a do encontro, sem nos furtarmos do enfrentamento quando necessário, mas por isso queremos dar continuidade como dirigentes desta relação transparente e harmônica entre OAB-MT e Amam. Cada um segue a sua independência, mas com uma atuação que pode ser feita em conjunta em diversos momentos, como é o exemplo desta comissão”, pontuou.

Para José Arimatéa, a reunião serviu para discutir interesses mútuos entre magistratura e advocacia. “De concreto iremos criar uma comissão interinstitucional para enfrentar todo tipo de dificuldade, como problemas de relacionamento e desentendimento entre advogado e juiz, para o Estado inteiro, a fim de não haver desgaste nem para a magistratura e nem para a advocacia”, disse.



Associação Mato-grossense do Migrante será ponto de apoio para haitianos

A comissão de Cultura e Responsabilidade Social da OAB-MT se reuniu com um grupo de haitianos que se mobilizou para a criação de uma associação, no dia 1º de abril. O encontro contou com a participação do presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, e do vice-presidente, Flávio Ferreira.

O grupo quer apoio no processo legal de formalização jurídica da entidade. A Ordem propôs a criação de uma rede de sustentação do migrante. A ideia é que a entidade se transforme

num ponto de apoio aos migrantes em todo o Estado, oferecendo serviços diversos nas áreas dos direitos humanos, trabalho, moradia, segurança, saúde e educação.

Durante a reunião, ficou definido que no dia 12 de maio - véspera da data em que se comemora a vitória da luta de Zumbi dos Palmares - será realizada, no auditório da OAB-MT, a partir das 19h, a assembleia geral de fundação, constituição e aprovação do estatuto da Associação Mato-grossense do Migrante.

Sociedade Unipessoal de Advocacia pode ser enquadrada no Simples Nacional

A Justiça Federal, por meio de decisão da juíza substituta da 5ª Vara, Diana Maria Wanderley da Silva, acatou o pedido de antecipação de tutela pleiteado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

permitindo que a Sociedade Unipessoal de Advocacia seja incluída no sistema simplificado de tributação, o Simples Nacional, sem qualquer tipo de discriminação ou dificuldade de adesão.

De acordo com a decisão profe-

rida no dia 12, a Receita Federal tem prazo de cinco dias, contados a partir da intimação, para retirar de seu site a informação de que a Sociedade Unipessoal de Advocacia não se submete ao Simples Nacional e ainda deve dar

ampla divulgação aos seus contribuintes acerca desta possibilidade. Ainda, a Receita Federal deve conceder mais 30 dias, além do prazo já sinalizado, para que se opte ou não pela adesão ao Simples.

Suspensão temporária das atividades da PTM em Água Boa e Cáceres são abordadas

A secretária-geral adjunta da OAB-MT, Gisela Cardoso, o presidente da Subseção de Água Boa, Paulo Diniz, o presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Gilnei Macari e o conselheiro estadual, Hélio Machado, reuniram-se no dia 13, com o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT), Fabrício Gonçalves de Oliveira, para tratar sobre a suspensão temporária das atividades da Procuradoria do Trabalho no município (PTM) em Água Boa e Cáceres.

Conforme Gisela Cardoso, o

procurador-chefe explicou que a decisão é devido ao corte orçamentário, e todos os processos da região passarão a tramitar junto à PTM de Rondonópolis. “Também haverá suspensão das atividades da PTM de Cáceres, que serão transferidas provisoriamente para Cuiabá”, acrescentou.

Para Gisela Cardoso, a grande preocupação da OAB-MT é em relação a eventuais prejuízos que a suspensão dessas PTMs possam causar à população, ressaltando que a PTM em Água Boa tem abrangência de outros 28 Municípios.



10ª Subseção de Tangará promove reuniões com magistrados e advocacia

A diretoria da 10ª Subseção de Tangará da Serra da OAB-MT promoveu uma série de reuniões entre os dias 11 e 15 de abril. No dia 11, em Barra do Bugres houve reunião com advogados e magistrados da Comarca. No dia 14, em Tangará da Serra, com a vice-presidente e corregedora do 23º Tribunal Regional do Trabalho (TRT), desembargadora Eliney Bezerra Veloso e, em Sapezal, no dia 15 com a advocacia.

Em Tangará da Serra, houve a reunião entre a 10ª Subseção, a Comissão de Direito do Trabalho e a corregedora, a desembargadora Eliney Bezerra Veloso do TRT, na qual trataram sobre diversos temas como instalação de Vara Itinerante em Barra do Bugres, o aumento da contadoria para 38 peritos judiciais contábeis, e informou que de 9 a 13 de maio será realizada a Semana Jurídica.



Sorriso participa de Mutirão da Justiça Comunitária

A 17ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) de Sorriso participou, no dia 2 de abril, do Projeto “Mutirão da Justiça Comunitária” do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), que envolveu mais de 600 voluntários. Cerca de 10 mil pessoas foram beneficiadas. O evento foi realizado na Escola Valter Leite Pereira, no Bairro São Mateus, em Sorriso.

O presidente da Subseção de Sorriso, Evandro Santos da Silva, ressaltou a importância de projetos como este, pois aproximam o cidadão da Justiça. A participação da OAB-MT contou com os advogados Cláudia Pereira Braga Negro; Eduardo Assunção de Lima; Thaís Nikaretta; Ana Lúcia Stefanello; Leonardo Pereira; Daniele Baise Barth; Karina Zorub; Gabriely Mourão; Robson Moura; Isamara Andrade de Lima e Sivonei Santin.



SAPEZAL – No dia 15, houve reunião com a advocacia em Sapezal para falar sobre questões institucionais, com temas como a necessidade de elevação da Comarca para 2ª Entrância, ampliação do Fórum Cível, suspensão do processo de transformação da Vara do Trabalho em Posto Avançado e participação da OAB nos conselhos municipais. Por fim, Dean Paul Hunhoff foi nomeado representante local da OAB; Jane Erdtmann ficou responsável pelas prerrogativas e Adriane Carpine Favini será a representante da CAA/MT.

Subseção de Mirassol pede 3ª Vara para o município e juiz titular para Araputanga

O presidente da Subseção de Mirassol D'Oeste, Gustavo Cardoso participou de reunião entre a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) e o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembarga-

dor Paulo da Cunha no dia 25, em que apresentou a necessidade de designação de um juiz titular para a Comarca de Araputanga e também pedir uma 3ª Vara para Mirassol D'Oeste.

Gustavo Cardoso destacou o pedido para uma

3ª Vara em Mirassol D'Oeste. Já sobre a solicitação de magistrado, o presidente da Subseção pontuou que a perspectiva do TJMT é de que os 13 juízes que irão completar o quadro da magistratura não serão alocados neste momento.

OAB-MT requer providências em julgamentos de cobrança de impostos sobre taxas

Já reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), a ilegalidade na inclusão da Taxa de Usos do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e da Taxa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercado-

rias, Bens e Serviços (ICMS) na conta de energia elétrica ainda é alvo de uma série de ações no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT).

No entanto, há cerca de um ano, o presidente do TJMT, desembargador Paulo da Cunha, deferiu pedido protocolado pelo Governo do Estado de Mato

Grosso suspendendo as liminares e sentenças nas ações que tratam deste tema.

Com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil (CPC), que prima pela celeridade processual, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Leonardo Campos, e o secretário-geral

da Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte, Gustavo Guilherme Arrais, requereram ao desembargador o imediato julgamento do mérito do incidente, diante da incerteza jurídica que tal procedimento tem causado, uma vez que já é reconhecida a pacificação do entendimento de ilegalidade pelo STJ.

Intimações do PJe poderão ser publicadas no DJE

Em reunião com o presidente do TJMT, desembargador Paulo da Cunha e o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, a Comissão de Direito Eletrônico (Codel) e a Comissão de Direito Civil e Processo Civil solicitaram que todas as intimações de atos processuais do Sistema de Processo Judicial

Eletrônico (PJe) sejam realizadas mediante a publicação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE). Presidente da Codel, Gonçalo Adão, também reiterou necessidade de melhorias na Internet para uso do PJe nos municípios do interior, conforme reivindicação apresentada no Colégio de Presidentes da OAB-MT.

Pleito de vagas exclusivas para advogados no estacionamento da Turma Recursal Única

A OAB-MT requereu junto ao TJMT, em reunião com o presidente, desembargador Paulo da Cunha, no dia 25 de abril, a disponibilização de vagas no estacionamento – localizado no complexo do prédio Antônio Arruda, onde se situa a Turma Recursal Única de Mato Grosso – exclusivamente para advogados.

O presidente da OAB-MT, Leonar-

do Campos e o presidente da Comissão de Juizados Especiais (Cojesp), Raphael Naves Dias, destacam que as inscrições de preferência e sustentação oral só podem ser feitas até às 9h, e a impossibilidade de estacionar o veículo junto ao anexo acarreta sérios prejuízos ao exercício da advocacia e, por consequência, ao próprio jurisdicionado, fato que vem acontecendo com frequência.



Comissão de Direito Civil cobra estrutura para Central de Mediação

Em reunião com o presidente do TJMT, desembargador Paulo da Cunha, no dia 25, o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, apresentou pleitos como as solicitações da classe

voltadas para a efetiva implementação de alterações estruturais introduzidas pelo novo Código de Processo Civil (CPC).

O presidente da Comissão de Direito Civil

e Processo Civil da OAB-MT, Jorge Jaudy, destacou a necessidade de estruturação efetiva da Central de Conciliação e Mediação de Conflitos em Cuiabá.

Comissão de Infância e Juventude da OAB-MT acompanha caso de agressão à criança

A Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da OAB-MT faz o acompanhamento do caso de agressão a uma criança que aconteceu em um estabelecimento comercial de Cuiabá, no último dia 8 de abril.

No dia 11, o vice-presidente da OAB-MT, Flavio Ferreira; o empresário Willian Gama, que testemunhou o fato; a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Edneise da Cunha Velasco, e o delegado da Polícia Civil, Jefferson Dias, reuniram-se e definiram que OAB-MT solicitasse ao Ministério Público de Mato Grosso cópias das imagens da câmera de segurança do estabelecimento e a abertura de um inquérito para apurar todos os fatos.

De acordo com a presidente da CIJ,

Tatiane de Barros, também foram encaminhados ofícios para o CMDCA a fim de localizar a criança agredida e tomar as medidas cabíveis em relação ao trabalho infantil e para a Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Dedica) para acompanhamento do caso.

Tatiane ressalta que tal situação é inadmissível. Os artigos 3º a 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente



(ECA) asseguram todos os direitos fundamentais da pessoa humana à criança, bem como, destacam como dever, não

apenas da família, mas da comunidade, sociedade em geral e Poder Público a garantia desses direitos.

DECLARAÇÕES: Acompanhando permanentemente o caso de agressão ao adolescente, em um estabelecimento comercial de Cuiabá, a Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da OAB-MT está participando de todos os atos acerca do episódio.

No dia 13, a presidente da CIJ, Tatiane de Barros, esteve na Dedica no momento em que o adolescente agredido e seus colegas – que presenciaram a cena – foram ouvidos pela assistente social e psicóloga da equipe multidisciplinar. Os pais também foram ouvidos na ocasião. Com o acompanhamento, a CIJ visa salvaguardar os direitos do adolescente.

Advogados podem destinar percentual de IR aos fundos de assistência às crianças carentes

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, assinou Termo de Cooperação com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente (CEDCA) que permite aos advogados destinarem o valor de até 3% do seu Imposto de Renda (IR) aos fundos municipais e estaduais da criança e adolescente. São 63 cadastrados.

Conforme Leonardo, com a assinatura da Ordem sendo signatária deste termo aditivo, os advogados poderão doar o valor que vão pagar do IR aos fundos. “Ao invés de pagar ao Estado, o advogado pode destinar o valor do Imposto de Renda aos fundos, que tratam justamente deste trabalho com crianças carentes”, disse.

OAB-MT e Secretaria Municipal realizam Curso de Capacitação dos Conselheiros Tutelares

O curso de Capacitação dos Conselheiros Tutelares promovido em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social com a coordenação da Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da OAB-MT aconteceu no dia 4, na ESA-MT. A solenidade contou com participação do presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, do secretário de Assistência Social de Cuiabá, José Rodrigues, e do promotor José Antônio Borges Pereira.

José Rodrigues apontou demais instituições que colaboram na execução desta tarefa, como o Ministério Público Estadual,

Tribunal de Justiça, Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

“Todos estamos focados na melhoria do atendimento às crianças e adolescentes de Cuiabá. A proposta é que possamos capacitar nossos conselheiros tutelares para que desenvolvam melhor suas funções e compreendam melhor a legislação, tanto no âmbito da criança e do adolescente quanto da política pública de assistência social. Assim os conselheiros podem ter um suporte em sua atuação, mas também de reinserção das crianças no convívio familiar”, afirmou o secretário.



Proposta pela OAB-MT, regulamentação da Lei Anticorrupção entra em vigor

Entrou em vigor no dia 18, o Decreto Nº 522/2016 que regulamenta a Lei Anticorrupção e demais medidas de responsabilização de empresas por atos lesivos à Administração Pública. A proposta partiu da Comissão de Fiscalização dos Gastos Públicos e Combate à Corrupção (CFGPCC) da OAB-MT que deu o pontapé inicial apresentando a minuta para o Governo do Estado.

De acordo com o presidente CFGPCC, Ivo Matias, a regulamentação é fundamental para se dar efetividade à Lei Federal. “Agora os órgãos afins têm como aplicar a legislação”, ressaltou.

DEFESA
- A Comissão de Fiscalização dos Gastos Públicos e Combate à Corrupção (CFGPCC) assegura ainda que não há qualquer tipo de “perdão”

às empresas na prática de atos lesivos à administração pública. O Decreto foi alvo de críticas do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).

Durante a sessão ordinária do dia 28, os membros da CFGPCC defende-

ram a importância da norma. Presidente da CFGPCC, Ivo Matias, ressaltou que a publicação do Decreto 522/2016 permite a efetiva aplicação da Lei Anticorrupção no Estado.

Conforme o advogado Marcelo

Cintra, o artigo 20 do Decreto, alvo da crítica do MCCE, cuida da análise de efetividade e cumprimento do programa de Compliance como forma de subsidiar a decisão da Comissão Processante, sem emitir juízo de valor.



OAB-MT defende PL que regulamenta inquérito civil

Deve ser submetido à votação do Plenário do Senado nos próximos dias o Projeto de Lei do Senado nº 233/2015 de autoria do Senador Blairo Maggi (PR), que disciplina os procedimentos administrativos de investigação disponíveis ao Ministério Público. Para a OAB-MT, a proposta vem preencher a lacuna legislativa no que se refere ao inquérito civil e aos procedimentos administrativos correlatos.

“O projeto merece nossos

aplausos por instituir regras que reverenciam o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e da Razoável Duração do Processo, garantias constitucionais às quais devem observância qualquer procedimento - quer judicial, quer administrativo - exigindo a existência de justa causa para a investigação e a necessidade de conclusão do inquérito civil no prazo de 12 meses, trazendo assim segurança jurídica”, comentou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

OAB-MT consegue suspensão de norma que permite quebra de sigilo bancário

O juiz federal da 3ª Vara de Mato Grosso, Cesar Augusto Bearsi, deferiu o pedido de liminar proposto pela OAB-MT suspendendo a aplicação da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.571/2015.

A norma disciplina a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações financeiras de interesse da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e, na prática, permite a quebra de sigilo bancário sem prévia autorização judicial.

Presidente da OAB-MT, Leonardo

Campos, destaca a importância da medida, uma vez que mantém ressaltada uma garantia fundamental assegurada a todos os cidadãos brasileiros e protege a maior parcela da população de bem, sem esquecer a previsão legal para a fiscalização daqueles mal intencionados.

Diante da concessão da liminar, fica a Receita Federal em Mato Grosso impedida de repassar dados dos contribuintes mato-grossenses que configurem quebra de sigilo bancário sem que haja, para tal, autorização do Poder Judiciário.

Barra do Garças se tornou a Capital da Advocacia



O 1º Colégio de Presidentes da gestão 2016/2018 da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) transformou o município de Barra do Garças na Capital da Advocacia, entre os dias 7 e 9 de abril. A solenidade de abertura do evento contou com cerca de 200 advogados e reuniu os presidentes das 29 Subseções, bem como delegados da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT) e presidentes das Comissões do Jovem Advogado (Cojad).

Presidente da Subseção de Barra do Garças, Leonardo Andre da Mata, avaliou o ato como um marco histórico visto que, após quase 10 anos, o Colégio de Presidentes voltou ao município. O delegado da CAA/MT em Barra do Garças, André Bernardes, também comemorou a realização do Colégio de Presidentes no município e ressaltou a atuação voluntária dos advogados.

O diretor do Foro da Comarca de Barra do Garças, Bruno Oliveira, representou o presidente do Tribunal de Justiça

de Mato Grosso (TJMT), desembargador Paulo da Cunha. “É necessária uma re-arquitetura organizacional para que haja esta democratização administrativa do Poder Judiciário para dar mais autonomia aos que estão nos municípios”, destacou.

Ao declarar Barra do Garças como Capital da Advocacia, durante o Colégio de Presidentes, o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, destacou a necessidade de saber a realidade de cada município.

“Fazer este Colégio em conjunto com os presidentes das Subseções, de-

legados da CAA/MT e presidentes do Cojad são a prova da dedicação, em que muitos andaram mais de mil km para chegar até aqui. E declaro oficialmente Barra do Garças como Capital da Advocacia. Neste Colégio visamos uma conversa franca e madura para discutir o futuro da advocacia com todos os órgãos da OAB, em que temos a realidade dos municípios do interior e de Cuiabá para fazermos um planejamento, orientações e rumos aos presidentes”, disse o presidente da Ordem.

TDP firma compromisso de promover cursos de capacitação

Ainda em Barra do Garças, o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), André Stumpf Jacob Gonçalves, respondeu aos questionamentos dos presidentes das 29 Subseções da OAB-MT – durante Colégio de Presidentes. Os pleitos resultaram em compromissos firmados apontados na Carta de Barra do Garças.

Entre os compromissos firmados estão a promoção de cursos de capacitação sobre prerrogativas direcionados aos membros do TDP e advogados em geral e estender também aos servidores de órgãos da administração pública.

O presidente do TDP pontuou que será encaminhada uma resposta às solicitações. André Stumpf apontou a implantação da vídeo-conferência para participação dos membros do TDP do interior nas sessões e a mudança na estrutura que contará com a atuação de um procurador e agora são realizadas duas sessões ao mês para dar mais celeridade no julgamento dos processos.



Subseções expressam preocupação com PJe pela falta de internet

Presentes em Barra do Garças, os presidentes das 29 Subseções da OAB-MT externaram preocupação ao presidente da Comissão de Direito Eletrônico (Codel), Gonçalo Adão, referentes ao Processo Judicial Eletrônico (PJe). A falta de acesso à Internet em municípios distantes de Cuiabá é o principal empecilho para os advogados.

Gonçalo Adão afirmou que o principal questionamento dos presidentes das Subseções é referente ao PJe e a questão de comunicação da Internet. Conforme Gonçalo, o pleito da OAB-MT é que exista um link de comunicação disponível para o advogado e que seja o mesmo dedicado para a Comarca.

Presidente do TED apresenta metas de gestão e mudanças de membros

Já o presidente do Tribunal de Ética e Disciplina (TED), João Batista Beneti, apresentou aos presidentes das 29 Subseções da OAB-MT as mudanças de membros com renovação de 47% e as metas para julgamento de processos.

Sobre as metas estabelecidas, o presidente do TED salientou que

a previsão era julgar todos os processos que foram instaurados em 2011 até 31 de junho de 2016, e que já foram concluído. “Tínhamos esta meta para que os processos não prescrevessem e já cumprimos, agora estamos antecipando para julgar os processos que foram instaurados no ano de 2012”, ressaltou.



Colégio de Presidentes apresenta Carta de Barra do Garças com diretrizes para gestão.

CARTA DE BARRA DO GARÇAS

O Colégio de Presidentes de Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado de Mato Grosso, realizado na cidade de Barra do Garças, no dia 8 de abril de 2016, para cumprimento do Regimento Interno do Colégio de Presidentes, atendendo às funções institucionais e norteados nos princípios e ideais da entidade, houve por bem tomar as seguintes deliberações:

DEFINIR que o próximo colégio de presidentes será realizado na cidade de Mirassol D'Oeste, nomeando como coordenadores o presidente daquela subseção, Dr. Gustavo Tostes Cardoso e o presidente da Subseção de Sinop, Dr. Felipe Matheus França Guerra.

ESTABELEECER que o Tribunal de Ética e Disciplina comunicará às subseções as sanções de caráter público (suspensão ou exclusão) aplicadas aos advogados, bem como informará o restabelecimento das prerrogativas.

DETERMINAR à Comissão de Ensino Jurídico que notifique as faculdades para que exijam dos alunos que estão realizando estágio obrigatório a inscrição como estagiário nos quadros da ordem.

IMPLEMENTAR junto ao Tribunal de Defesa das Prerrogativas estrutura física e humana capaz de atender com excelência as demandas da advocacia.

ENCAMINHAR e cobrar providências do Conselho Federal quanto a Orientação Normativa n. 36/COGER/PF/2010 visando sua imediata adequação à Lei 13.245/16 e Súmula Vinculante 14. Concomitante, analisar a viabilidade do questionamento judicial pela OAB/MT, resolvendo em âmbito nacional as violações junto aos departamentos da Polícia Federal.

PROMOVER a realização de cursos de capacitação sobre prerrogativas direcionadas aos membros do TDP e advogados em geral, bem como estender aos servidores de órgãos da administração pública.

REQUERER assento para representante da Ordem dos Advogados do Brasil – MT no Comitê de Conflitos Agrários de Mato Grosso.

REAFIRMAR a indispensabilidade do advogado em todos os mecanismos de solução de conflitos, especialmente na mediação, seja pré-processual ou processual.

AVALIAR a possibilidade de ajuizar ação em desfavor das companhias de telefonia exigindo a entrega da conexão de internet contratada nos termos da regulamentação da Anatel.

MANIFESTAR E ADOTAR providências urgentes e firmes contra decisões judiciais que pretendem limitar honorários advocatícios contratados pelos advogados, e contra decisões que obriguem o advogado a juntar ao processo cópias do contrato de honorários firmados com seu cliente.

RATIFICAR os termos aprovados nas cartas dos colégios anteriores.

1º Colégio de Presidentes da Cojad reúne 16 Subseções

O 1º Colégio Estadual de Presidentes de Comissão do Jovem Advogado (Cojad) da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) também aconteceu em Barra do Garças de 7 a 9 de abril e contou com a presença de 17 presidentes. O presidente da Cojad da OAB-MT, Mario Olímpio Medeiros Neto, destacou que este primeiro Colégio é um objetivo da gestão em implantar o maior número possível de Cojads no Estado.

Ocasão em que foi elaborada a Carta de Barra do Garças em que consta o apoio a decisão do Conselho Seccional da OAB-MT que decidiu apoiar a propositura do Processo de Impeachment da presidente Dilma.





Escola planeja Ensino à Distância para levar cursos ao interior de MT

O presidente da Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT) Marco Lorga apresentou o planejamento da gestão aos presidentes das 29 Subseções durante Colégio de Presidentes que aconteceu em Barra do Garças, de 7 a 9 de abril. Um dos objetivos é a interiorização dos cursos para oferta em todo Estado.

Marco Lorga destacou que o principal questionamento dos presidentes das Subseções é ofertar os cursos que acontecem em Cuiabá para todos os municípios do Estado. “O principal questionamento é a questão de alinhamento e justamente o foco de se levar os cursos

para as Subseções, ou seja interiorizar o que estamos tendo na Capital, com cursos de preparação para advogados e também oportunizar aos advogados e estagiários do interior”, apontou.

De acordo com Lorga uma das propostas da gestão é fazer o EAD, ensino à distância. “Outro propositura é projeto para futuro, de fazer o EAD, ensino à distância, em que os cursos presenciais da Capital estarão sendo simultaneamente passados através de um link para os advogados no interior. O advogado faz sua inscrição e assiste o curso telepresencial cujo link fica disponibilizado durante uma semana”, destacou.

ESA atende demanda dos advogados e curso do novo CPC acontece aos sábados

A Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT) atendeu a demanda dos advogados e promove o curso sobre o novo Código de Processo Civil (CPC) com uma nova turma aos sábados, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

As inscrições para o público em geral custam R\$600, aos advogados R\$ 550, ao jovem advogado R\$ 500, estudantes R\$470 e estagiários inscritos na OAB-MT, R\$ 450. A carga horária

é de 40 horas e o certificado emitido pela ESA-MT. A primeira aula começou no dia 30 de abril e as demais em 7 e 14 de maio e 4 e 11 de junho.

O coordenador do curso é o advogado Welder Queiroz dos Santos e do corpo docente participam os advogados Joaquim Felipe Spadoni e Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha, além da assessora jurídica no Tribunal de Justiça (TJMT), Luciana Monduzzi de Figueiredo.

CURSO ACIDENTE DE TRABALHO Teoria e Prática à luz da discussão de Precedentes do TST

COM PROFº ANDRÉ MOLINA

20 e 21 DE MAIO

INCLUSO
Apostila com
Slides Impressa

INSCRIÇÕES ABERTAS - VAGAS LIMITADAS

INVESTIMENTOS E FORMAS DE PAGAMENTOS:

Parcelamento só até 06/05/2016

(Cartão de Crédito)

- Público Geral: 2x R\$ 200,00
- Advogado Regular: 2x R\$ 180,00
- Jovem Advogado*: 2x R\$ 160,00
- Acadêmico de Direito: 2x R\$ 130,00
- Estagiários Inscrito na OAB: 2x R\$ 120,00

A partir de 09/05/2016 - Somente à Vista

(Cartão de Crédito)

- Público Geral: R\$ 400,00
- Advogado Regular: R\$ 360,00
- Jovem Advogado*: R\$ 320,00
- Acadêmico de Direito: R\$ 260,00
- Estagiários Inscrito na OAB: R\$ 240,00

Público Alvo: Público em Geral, Advogado Regular, Jovem Advogado, Acadêmicos de Direito, Estagiários Inscritos na OAB
Carga Horária: 12 horas/aula (Com certificado pela ESA/MT).

Horários do curso

Sexta-feira (20/05) - 18:30 às 22:30
Sábado (21/05) - 08:30 às 12:30 / 14:30 às 18:30



(65) 3613.0956
(65) 3613.0957

www.oabmt.org.br
escolasuperiordadvocacia@oabmt.org.br
contato@pinaculoensino.com.br

CURSOS TELEPRESENCIAIS

INSCRIÇÕES: WWW.OABMT.ORG.BR



A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39 DO TST: O QUE SE APLICA DO NOVO CPC AO PROCESSO DO TRABALHO?

COORDENAÇÃO:

BRUNO FREIRE E SILVA

DIAS E HORÁRIOS:

2 E 3/05 DAS 18H ÀS 20H

CERTIFICADO:

4 HORAS-AULA

O NOVO CPC E A EXECUÇÃO

COORDENAÇÃO:

ROGERIO LICASTRO TORRES DE MELLO

DIAS E HORÁRIOS:

6/05 DAS 8 ÀS 11H

CERTIFICADO:

3 HORAS-AULA

O AGRAVO DE INSTRUMENTO NO NOVO CPC

EXPOSIÇÃO:

ANTONIO NOTARIANO JUNIOR

GILBERTO GOMES BRUSCHI

DIAS E HORÁRIOS:

13/05 DAS 9 ÀS 11H

CERTIFICADO:

2 HORAS-AULA

REPERCUSSÕES DO NOVO CPC PARA O DIREITO CONTRATUAL

COORDENAÇÃO:

FLÁVIO TARTUCE

DIAS E HORÁRIOS:

16, 17 18 E 19/05 DAS 18 ÀS 20H

CERTIFICADO:

8 HORAS-AULA

ATUALIDADES E PERSPECTIVAS DOS DIREITOS DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

COORDENAÇÃO:

DIMITRI SALES

DIA E HORÁRIO:

20/05 DAS 7 AS 17H

CERTIFICADO:

8 HORAS-AULA

7º SEMINÁRIO SOBRE O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

COORDENAÇÃO:

DR. MARCIO KAYATT | DR. ROBERTO ROSAS

DIA E HORÁRIO:

23/05 DAS 9H30 AS 18H30

CERTIFICADO:

8 HORAS-AULA

COMPLIANCE PÚBLICO: PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

COORDENAÇÃO:

EDUARDO LEMOS BARBOSA

DIA E HORÁRIO:

23/05 ÀS 18H

CERTIFICADO:

2 HORAS-AULA

**LOCAL: SALA ESA-MT
NA OAB-MT**

VALORES:

PÚBLICO GERAL: R\$ 70 CADA CURSO OU R\$ 120 PACOTE

ADVOGADO: R\$50 CADA CURSO OU R\$100 PACOTE

JOVEM ADVOGADO: R\$40 CADA CURSO OU R\$80 PACOTE

ESTUDANTE OU ESTAGIÁRIO: R\$30 CADA CURSO OU R\$60 PACOTE

ESTAGIÁRIOS INSCRITOS NA OAB: R\$ 20 CADA CURSO OU R\$ 40 PACOTE



AASP
Associação dos Advogados
de São Paulo





Profissionais da advocacia aprovam ação de vacinação da CAA/MT

“**E**xcelente!”. Assim foi descrita pela advogada Elvira de Oliveira a ação de imunização contra a gripe H1N1 coordenada pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT). Ela comentou que chegou com horas de antecedência ao Estacionamento dos Advogados, em Cuiabá, para não perder a oportunidade de imunizar a filha e também advogada, Clarissa de Oliveira Mello, e a pequena neta. Segundo ela, está muito difícil encontrar a vacina na cidade.

A dificuldade de encontrar doses contra a H1N1 nos estabelecimentos especializados em vacinas e na rede pública de saúde também foi citado pela advogada Elizabeth Macedo Silva. “Mesmo sabendo que a vacina começaria a ser aplicada às 9h, aqui em Várzea Grande, chegamos às 7h10, na sede da OAB de Várzea Grande porque, desde que a notícia da doença se espalhou pelo País, não estamos encontrando

mais doses. Assim que soube dessa ação da Caixa de Assistência, vim em busca da proteção da minha família”, relata a profissional que foi acompanhada pelo marido e filha.

O presidente da CAA/MT, Itallo Leite, explica que a CAA/MT conseguiu, junto à Coordenação Nacional das Caixas de Assistência (Concad), 1.100 doses para serem distribuídas em todo o Estado de Mato Grosso. Para atender a todas as 27 CAAs, foram adquiridas pelo Conselho Federal da OAB 30 mil doses da vacina tetravalente.

“Sabemos que esse número está muito aquém da necessidade de nossa advocacia, mas essas 1.100 doses foram conseguidas com muita luta. Entretanto, num cenário em que a procura pela vacina extrapolou a capacidade de produção dos laboratórios por conta das notícias de surto da doença, essa quantidade de doses é de grande importância para nós. Isso sem citar a ineficiência do poder público que, nem mesmo

limitando a vacina a grupos prioritários da sociedade, consegue atender a essa demanda específica”, completa o presidente da CAA/MT.

As doses da vacina contra a gripe H1N1 disponibilizadas pela CAA/MT beneficiaram não somente os advogados e advogadas, mas também seus cônjuges e filhos(as). Para estes grupos, foi cobrada uma taxa de R\$ 40 por pessoa. Já aos profissionais da advocacia adimplentes com a OAB-MT, a vacina contra a H1N1 foi ofertada gratuitamente.

“Essa ação da Caixa dos Advogados foi fundamental diante da falta da vacina nas clínicas particulares e postos de saúde”, afirmou a advogada Suleima Leite de Moraes. A advogada Rúbia Ribeiro destacou a importância da campanha de vacinação para a classe advocática que, como lembrou, fica muito vulnerável à doença, uma vez que tem contato direto com diversas pessoas e que está sempre viajando. “Nem sem-

pre a gente sabe diferenciar uma gripe comum da H1N1. Daí a necessidade de estarmos imunizados contra tudo”.

Cientes da importância da imunização e da escassez da vacina no mercado, o casal de advogados Patrícia e Bruno Boaventura conseguiram as senhas para atendimento somente no terceiro dia de realização da vacinação em Cuiabá. “Na primeira vez, quando chegamos ao Estacionamento dos Advogados, todas as senhas já tinham sido distribuídas. Então, no dia seguinte, mesmo sabendo que as vacinas começariam a ser aplicadas somente às 14h, chegamos ao local por volta das 9h30. Fomos os primeiros”, relata Patrícia Boaventura.

Depois de imunizar os profissionais da advocacia da Capital e Várzea Grande, a CAA/MT estende a campanha para o interior de Mato Grosso. A previsão é que até o dia 20 de maio, a ação seja finalizada em todas as 29 Subseções da OAB-MT.

I Colégio de Delegados(as) avalia ações e traça metas

O primeiro Colégio de Delegados(as) da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) gestão 2016-2018 reuniu representantes de 21, das 29, Subseções da OAB/MT e membros da diretoria da entidade. O evento foi realizado entre os dias 07 e 09 de abril, em de Barra do Garças.

Como explica o presidente da CAA/MT, Itallo Leite, o encontro estadual é realizado desde 2010 com o objetivo de avaliar as ações realizadas e traçar metas.

Neste primeiro Colégio de Delegados(as), foram apresentados todos os serviços e benefícios oferecidos pela CAA/MT à advocacia mato-grossense. “Como temos muitos delegados e delegadas participando da gestão pela primeira vez, a diretoria achou conveniente detalhar não somente a missão, valores e objetivos da entidade, mas também todo o traba-



lho disponibilizado para o bem-estar dos advogados, advogadas e seus familiares. Afinal, esses delegados e delegadas são nossos olhos, ouvidos, pernas, mãos...no interior do Estado”.

Um ponto abordado foi a busca de parcerias para a realização de atividades que compõem o calendário anual de eventos e ações da Caixa de Assistência como, por exemplo, o Março Sempre Mulher.

A vice-presidente da entidade, Xênia Artmann Guerra, disse ser importante que os delegados e as delegadas procurem as empresas conveniadas e, até mesmo, órgãos da iniciativa pública e privada para a execução dos projetos voltados não

somente à advocacia, mas ao social também.

“Aprendi muitas coisas nesse Colégio, não só da Caixa de Assistência, mas da OAB de uma forma geral. Sai bastante satisfeito. Tenho certeza que esse evento fortaleceu muito a advocacia em geral”, avalia o delegado da CAA/MT para Rondonópolis, Alan Salviano dos Santos.

Para a delegada da CAA/MT em Nova Mutum, Valquíria Pereira Barbosa, a participação no encontro estadual foi proveitoso. “Vou repassar aos colegas da minha Subseção tudo o que foi discutido aqui, todos os propósitos da classe”.

O próximo Colégio de Delegados(as) da CAA/MT será realizado no final do ano, na Subseção de Mirassol D'Oeste.



CAA/MT alerta sobre comercialização de planos OABPrev

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) informa que o plano de previdência privada complementar OABPrev somente é comercializado aos advogados e advogadas pela corretora credenciada pela entidade, a Poupança Corretora de Seguros. Demais corretoras não estão autorizadas a vender planos em nome da Caixa de Assistência ou OAB-MT.

“A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso só comercializa OABPrev por meio dessa equipe gerenciada pelo Éber Heringer. Somente

dessa forma, é um produto avalizado pela CAA/MT”, destaca o presidente da Caixa de Assistência, Itallo Leite.

Além de disponibilizar atendimento na sede, em Cuiabá, o serviço de adesão ao OABPrev é oferecido pela equipe do corretor de seguros Éber Heringer nas várias paragens da Caravana da Caixa pelo interior de Mato Grosso. Contudo, neste último caso, todas as visitas aos escritórios de advocacia são previamente agendadas pelos presidentes das Subseções da OAB/MT e delegados da CAA/MT.

O corretor de seguros Éber He-

ringer explica que nada impede que outros profissionais do segmento estejam comercializando o OABPrev. “Contudo, nada poderemos fazer pelo advogado caso seja ludibriado por uma proposta de um plano que não está dentro dos benefícios oferecidos pela Caixa de Assistência de Mato Grosso. Nós nos responsabilizamos, sim, por aqueles advogados que firmam adesões conosco”.

Aqueles advogados que desejarem mais esclarecimentos sobre o OABPrev disponibilizado pela CAA/MT podem entrar em contato com

o corretor de seguros pelos telefones (65)3644-1006 e 3027-3050. O escritório da Poupança Corretora de Seguros está situado na sede da CAA/MT: Rua D, s/nº, Anexo Silva Freire – OAB/MT, no Centro Político Administrativo, em Cuiabá.

Atualmente, além de Mato Grosso, o OABPrev possui corretores atuando junto às Seccionais da OAB e Caixas de Assistência dos estados do Acre, Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rondônia e Roraima e o Distrito Federal.

Informe OAB

ESA-MT realiza Curso de Mediação para advogados com ênfase no novo CPC

A Escola Superior de Advocacia (ESA-MT) realizou o Curso de Mediação para Advogados com Ênfase no novo CPC, com as palestras das advogadas Dynair Alves de Souza e Maria Helena Bezerra. O curso teve como objetivo a capacitação dos advogados para atuarem de forma produtiva no processo de mediação, a partir de conceitos, apresentação de técnicas utilizadas no processo em conformidade com o novo CPC, a Resolução 125 do CNJ de outubro de 2010, a Lei nº 13.140/2015 – Lei de Mediação e o Manual de Mediação e Conflito para Advogados, além da prática com exercícios simulados.



Registro de sociedades

Conforme previsto no novo Código de Processo Civil, os advogados poderão requerer que, nas intimações a eles dirigidas, figure apenas o nome da sociedade a qual pertençam. No entanto, no § 1º do artigo 272 estabelece que, para isso, é preciso que a mesma esteja devidamente registrada junto à Ordem dos Advogados do Brasil. Para formular o requerimento, é necessário que a procuração contenha o nome da sociedade, seu número de registro junto à Ordem e seu endereço completo. As orientações para efetuar o registro da sociedade na OAB-MT estão disponíveis no site institucional (www.oabmt.org.br), na seção “Serviços Online”.

Parlamentares questionam defesa de Dilma pela AGU; OAB-MT requer providências

O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, realizou a defesa da presidente Dilma Rousseff junto à Comissão de Impeachment na Câmara Federal, no dia 4 de abril. Parlamentares questionaram a legitimidade da atuação da AGU no processo de afastamento. O mesmo questionamento foi alvo de requerimento impetrado pela OAB-MT no Conselho Federal da entidade, dias antes, em 28 de março.

TRF-1 volta a proibir peticionamento eletrônico em processos físicos

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região voltou a proibir o peticionamento eletrônico em processos físicos (e-Proc). A medida passou a vigorar a partir do dia 4 de abril. Os advogados devem ficar atentos para não perder prazos com a decisão. A OAB Nacional já está tomando as medidas necessárias para reverter a situação.

OAB-MT, TCE, TRE e MP apresentam regras para eleições 2016

As principais regras para as eleições municipais deste ano foram apresentadas em evento no dia 5 de maio, no auditório da Escola Superior de Contas, em Cuiabá. Temas como Lei da Ficha Limpa, condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral, regras para a propaganda eleitoral e partidária, prazos e regras para registro de candidaturas, financiamento de campanha e prestação de contas eleitorais foram abordados por representantes do Tribunal de Contas (TCE), do Tribunal Regional de Eleitoral (TRE, Ministério Público (MP) e da OAB-MT, que organizam o evento.



Subseção de Alta Floresta solicita construção do Fórum ao TJMT

O presidente da Subseção de Alta Floresta, Celso Reis, participou de reunião com o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e solicitou a construção do Fórum no município, no último dia 25. Celso Reis destacou a necessidade de se consolidar um Centro Político Administrativo em Alta Floresta.